

Belluzo aponta dívida externa como próxima meta do governo

José Negreiros

Brasília — A renegociação da dívida externa e alocação de recursos para financiamentos de longo prazo são os dois próximos passos do governo para complementar as medidas de correção ao Plano Cruzado divulgadas na semana passada. Além disso, o ministério econômico concentrará sua prioridade na redução do custeio da máquina administrativa, iniciada com o processo de fechamento de empresas e demissão de funcionários públicos.

— A dívida agora é o problema central da economia brasileira — diz o secretário especial de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzo. — Não podemos mais continuar gerando um superávit de US\$ 12 bilhões apenas para pagar o serviço da dívida, nem concordar com juros reais de 4%.

Fonte do Ministério do Planejamento acrescenta que a extinção de quase 40 conselhos e órgãos federais será complementada com outras medidas de racionalização de gastos internos, porque é efetiva a decisão do governo de cortar seus próprios gastos.

— Vamos eliminar o supérfluo, unificar folhas de pagamento e economizar recursos — diz um técnico da Seplan identificado com o programa de contenção de despesas.

O Ministério da Fazenda não desistiu de buscar uma forma de financiar os investimentos do setor privado depois que os banqueiros conseguiram derrotar a proposta de aumento do

recolhimento compulsório dos bancos para formar um fundo especial com esse objetivo. O futuro pacote de medidas para reforçar a poupança interna deverá ter como ingrediente principal este ponto, anuncia assessor direto do presidente José Sarney.

Ao analisar as implicações do Plano Cruzado II, Belluzo fez questão de destacar a determinação do governo de eliminar seus gastos e considerou descabidas as reações de alguns setores:

— O que querem? Se o governo não corta a própria carne, reclamam. Se o governo corta, reclamam. Quantas vezes, no Brasil, um governo cortou tanto, está disposto a demitir e tomar medidas tão fortes para acabar com o déficit? — pergunta ele.

Assessor do presidente Sarney, argumenta que é natural a reação negativa das pessoas aos aumentos depois de nove meses de congelamento total, mas repara que todos, no fundo, sabem que isso é necessário.

— Ninguém vai supor que ficaríamos o resto da vida sem ter mais aumentos. Nem nos países desenvolvidos isso acontece — disse.

Já o secretário especial do Ministério da Fazenda chama a atenção para o lado político da nova reforma:

— Importante é que o PMDB, o partido do governo, aprovou, se engajou e apoiou as medidas. É assim que funcionam as democracias. O Dr. Ulysses foi consultado e se colocou ao lado do pacote.